



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

2009/2230(INI)

7.4.2010

PARECER

da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

dirigido à Comissão do Desenvolvimento Regional

sobre a Estratégia da União Europeia para a região do Mar Báltico e o papel das macro-regiões na futura política de coesão
(2009/2230(INI))

Relatora: Anna Rosbach

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar insta a Comissão do Desenvolvimento Regional, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Sublinha a necessidade de a UE e os seus Estados-Membros da região do Mar Báltico abordarem com urgência os graves problemas ambientais que afectam a região, entre os quais se destacam a eutrofização, o impacto de substâncias perigosas depositadas no fundo do mar e as ameaças à biodiversidade aquática, em particular no que diz respeito a populações de peixes ameaçadas; relembra que o Mar Báltico é uma das zonas marítimas mais poluídas do mundo;
2. Salienta a necessidade de determinar a dimensão e a localização dos gases militares tóxicos despejados durante a Segunda Guerra Mundial, bem como de elaborar planos para a sua eliminação, e de avaliar os riscos decorrentes de projectos levados a cabo no fundo do Mar Báltico;
3. Salienta a necessidade de introduzir um método, comum a todos os Estados-Membros, para a elaboração de um inventário de fontes de poluição e de um plano com vista à sua eliminação progressiva;
4. Regozija-se, por conseguinte, com a inclusão da sustentabilidade ambiental, enquanto pilar fundamental, na estratégia da UE para a região do Mar Báltico e no plano de acção que a acompanha;
5. Considera, no entanto, que, apesar de esta estratégia se centrar sobretudo no meio ambiente marinho, os projectos inseridos no plano de acção devem também fazer face e conceder a devida prioridade aos problemas ambientais que estão a afectar as zonas do interior da região; exorta, por conseguinte, à protecção e à concessão de apoio a comunidades costeiras centenárias ligadas a actividades marítimas tradicionais, bem como ao respeito da paisagem costeira e do património natural, mediante, inter alia, a introdução de planos de ocupação sustentável dos solos e a prevenção da exploração excessiva para fins turísticos;
6. Observa que as cargas de nutrientes da agricultura são, em grande medida, responsáveis pela eutrofização do Mar Báltico; insiste, por conseguinte, em que, no âmbito do Plano de Acção, a Comissão e os Estados-Membros introduzam medidas que vão além das regras actualmente previstas na Política Agrícola Comum (PAC), no sentido de reduzir substancialmente as cargas de nutrientes;
7. Entende que um dos maiores obstáculos à realização da Estratégia para o Mar Báltico é a falta de coerência com outras políticas da UE, como a PAC, que exacerba a eutrofização, e a Política Comum das Pescas (PCP), que não é ecologicamente sustentável; considera que as reformas da PAC e da PCP devem ser projectadas de modo a contribuírem para a realização do objectivo de um ambiente sustentável na zona do Mar Báltico;
8. Sublinha que o gasoduto Nord Stream é actualmente o projecto mais significativo do ponto

de vista estratégico na região e que a sua construção terá profundas repercussões a nível ambiental; lamenta, neste contexto, que a estratégia e o plano de acção referidos não abordem especificamente a construção deste gasoduto e de outros projectos idênticos, nem as suas consequências para o meio ambiente;

9. Sublinha a necessidade de uma estreita colaboração entre os países da região do Mar Báltico, em conformidade com a Convenção Espoo, a Convenção de Helsínquia e as orientações da Comissão sobre Helsínquia (HELCOM), no que diz respeito a projectos que possam ter um impacto radical na qualidade do ambiente da região;
10. Exorta, por conseguinte, a Comissão e os Estados-Membros a tomarem medidas com urgência, em consonância com a posição do Parlamento enunciada na sua resolução de 8 de Julho de 2008 sobre o impacto ambiental do projecto de construção no Mar Báltico do gasoduto que deverá ligar a Rússia à Alemanha¹, de forma a assegurar que as iniciativas inseridas no plano de acção permitam avaliar e atenuar o impacto ambiental negativo causado pelo projecto de construção do gasoduto; considera, igualmente, que a própria Nord Stream deve ser responsável pelo financiamento das medidas necessárias para assegurar que o ambiente do Mar Báltico não sofra danos na sequência da construção do gasoduto; solicita, simultaneamente, que se evitem futuramente projectos desnecessários que possam ser executados em terra;
11. Considera necessário proibir a utilização de fosfatos em detergentes o mais rapidamente possível em toda a UE; verifica que essa medida traria benefícios ambientais evidentes, nomeadamente, para o Mar Báltico;
12. Insiste na necessidade de analisar as questões ambientais sob todos os aspectos e de as integrar em abordagens ou estratégias semelhantes que venham a ser aplicadas e desenvolvidas no futuro noutras macro-regiões da UE, como é o caso da região do Danúbio, dos Alpes ou do Mediterrâneo;
13. Exorta a Comissão a assegurar uma cooperação e coordenação efectivas com a Comissão de Helsínquia (HELCOM) e os Estados-Membros da região do Mar Báltico, a fim de estabelecer uma delimitação clara das tarefas e das responsabilidades no tocante à aplicação do Plano de Acção para o Mar Báltico da HELCOM de 2007 e da estratégia e plano de acção da UE acima mencionados, garantindo assim a existência de uma estratégia global eficaz para a região.
14. Considera que a cooperação no Mar Báltico deve ser considerada uma questão prioritária, a tratar ao mais alto nível político pelos chefes de Estado e de Governo, dado ser fundamental para promover a cooperação entre os países bálticos e assegurar que as ambições políticas se tornem realidade; solicita a realização de reuniões periódicas dos Chefes de Estado e de Governo na região do Báltico para esse efeito;
15. Congratula-se com a criação de uma rubrica no orçamento da UE especificamente dedicada à Estratégia para o Mar Báltico; congratula-se, igualmente, com os 20 milhões de euros afectados à Estratégia no âmbito do orçamento para 2010; apela, todavia, para um financiamento da Estratégia a mais longo prazo, no âmbito do orçamento da UE, a fim

¹ JO C 298E, 3.12.2009, p. 3.

de custear as medidas não abrangidas pelos Fundos Estruturais;

16. Observa que, até à data, a implementação da Estratégia para o Mar Báltico tem sido muito lenta; considera que as dotações inscritas no orçamento da UE para 2010 podem ser usados para melhorar essa implementação; lamenta que as dotações ainda não tenham sido pagas e recorda à Comissão a importância de que essas verbas sejam atribuídas urgentemente a acções que se inscrevam no âmbito dos objectivos da Estratégia para o Mar Báltico.

RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

Data de aprovação	7.4.2010
Resultado da votação final	+ : 54 - : 0 0 : 0
Deputados presentes no momento da votação final	János Áder, Elena Oana Antonescu, Kriton Arsenis, Pilar Ayuso, Paolo Bartolozzi, Sergio Berlato, Milan Cabrnoch, Martin Callanan, Nessa Childers, Chris Davies, Esther de Lange, Anne Delvaux, Bas Eickhout, Edite Estrela, Jill Evans, Elisabetta Gardini, Julie Girling, Françoise Grossetête, Cristina Gutiérrez-Cortines, Satu Hassi, Jolanta Emilia Hibner, Dan Jørgensen, Christa Kläß, Jo Leinen, Peter Liese, Kartika Tamara Liotard, Linda McAvan, Radvilė Morkūnaitė-Mikulėnienė, Miroslav Ouzký, Vladko Todorov Panayotov, Gilles Pargneaux, Antonyia Parvanova, Andres Perello Rodriguez, Mario Pirillo, Pavel Poc, Frédérique Ries, Anna Rosbach, Oreste Rossi, Horst Schnellhardt, Richard Seeber, Theodoros Skylakakis, Bogusław Sonik, Catherine Soullie, Salvatore Tatarella, Anja Weisgerber, Glenis Willmott e Sabine Wils.
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Bill Newton Dunn, Justas Vincas Paleckis, Alojz Peterle, Bart Staes, Michail Tremopoulos, Thomas Ulmer e Marita Ulvskog.